

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO



1290004663



FE

TCC/UNICAMP F335a

POLYANA SOARES DE MORAIS FELIPE

AUTONOMIA – A Consciência Moral
na Criança segundo Jean Piaget

CAMPINAS

2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1290004663

POLYANA SOARES DE MORAIS FELIPE

AUTONOMIA – A Consciência Moral
na Criança segundo Jean Piaget

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como exigência para a
conclusão do curso de Pedagogia da
Faculdade de Educação da UNICAMP,
sob orientação da Prof^a. Dr^a. Ângela
Soligo

CAMPINAS
2009

UNICAMP - F. E. DE PEDAGOGIA

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA	TCC Unicamp
	F335a
V:	EX:
Tombo:	4663
PROC.:	134/10
C:	D: X
PREÇO:	11,00
DATA:	09/04/10
CÓD TÍTULO:	474703

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**
Bibliotecária: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

F335a

Felipe, Polyana Soares de Moraes

Autonomia: a consciência moral na criança segundo Jean Piaget / Polyana Soares de Moraes Felipe. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador : Ângela Soligo.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Autonomia., 2. Moral. 3. Respeito. 4. Colaboração. 5. Cooperação.

I. Soligo, Ângela. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

09-037-BFE

Dedicatória

Em primeiro lugar faço essa dedicatória não apenas por formalidade, mas sim, porque de fato as pessoas que de uma forma ou de outra estiveram o meu lado, me apoiando e muitas vezes me serviram de muletas na caminhada merecem minha homenagem.

Muitas vezes pensei que não conseguiria, mas graças a essas pessoas estou aqui, hoje. Essas pessoas são: Deus, que tenho absoluta certeza, está por trás de toda minha caminhada, desde minha aprovação no vestibular até a finalização desse trabalho; Minha mãe que sempre se preocupou tanto com a finalização e concretização desse sonho universitário; Minha amiga Leonor Vasconcellos que mais que uma amiga, é uma irmã, que sempre teve uma mão estendida para me socorrer e aos meus filhos que, apesar de talvez não entenderem hoje o porquê da minha ausência momentânea, certamente se orgulharão da sua mãe pedagoga.

Agradecimentos

Agradecer a Deus pode parecer um tanto convencional, algo que todos esperam ler nessa parte de um trabalho acadêmico, mas é de coração que o faço, pois sei que mesmo quando pensava estar sozinha, Ele estava ao meu lado, não consigo pensar em outro motivo para, diante de tantas dificuldades, eu esteja hoje concretizando esse trabalho. Ele foi minha inspiração e minha força, pois muitas vezes me via escrevendo com a facilidade que só ele pode ter proporcionado. Agradeço também a todos que de alguma forma acreditaram e apostaram em mim, principalmente minha mãe Maurisia, e minha querida amiga Leonor Vasconcellos que não deixaram eu desistir, que sempre, me incentivaram, sempre estiveram prontas para me ajudar nas minhas dúvidas e crises, que me disseram persistentemente: Não desista menina, você é capaz! Vai fundo!

Resumo

O presente estudo bibliográfico aborda questões sobre o processo de construção da autonomia infantil, bem como o desenvolvimento do caráter da criança, de acordo com o que preconiza Jean Piaget e outros defensores das mesmas idéias.

Compreendi, portanto, que a construção da moralidade infantil se dá essencialmente a partir das relações sociais, pois sem ela, seria impossível se pensar em autonomia, visto que ela é caracterizada pela cooperação e respeito mútuo. A formação desse tipo de respeito só acontece quando propomos o convívio entre pessoas que pensam e sentem de formas diferentes, desenvolvendo-se, juntamente a autonomia, os valores necessários para convivência.

Além disso, pode-se concluir que a construção da autonomia está ligada ao desenvolvimento cognitivo, pois uma não funciona sem a outra. Para que se desenvolva a capacidade de se pensar coletivamente é necessário o desenvolvimento da reflexão, do raciocínio e do pensamento abstrato, característicos da inteligência ao passo que os valores morais também vão sendo construídos de dentro para fora. O que evidencia a grande importância que a escola e a educadora exerce nesse contexto.

Para Piaget, é a harmonia entre a inteligência e a vontade que realmente revela o homem maduro, quando a moral e a inteligência se reúnem. (VINHA, 2001 p. 95)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. AUTONOMIA E HETERONOMIA.....	10
1.1 A autonomia e a heteronomia segundo Jean Piaget	
2. CONSTRUÇÃO DA MORAL DA CRIANÇA.....	13
2.1 Impressões sobre a construção da moral da criança	
3. COMO FORMAR UM CIDADÃO AUTÔNOMO, UM DESAFIO.....	28
3.1 Formar um cidadão autônomo: um desafio	
CONSIDERAÇÕES	
FINAIS.....	35
Referências Bibliográficas.....	40

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca entender como se dá a construção do caráter da criança, a importância dos seres sociais nessa construção, especificamente a família e a escola. É evidente que existe uma grande dificuldade em entender e respeitar a criança como um ser individual, por isso tento aqui entender seu mundo, formas de pensar as regras, os limites e convivência social.

Como mãe e educadora sempre senti dificuldade em saber até quando devemos intervir, impor regras ou limites sem que a criança se torne robotizada. A dificuldade em entender esse limite da intervenção do adulto na formação do caráter da criança é que me levou a querer saber mais. Comecei a me incomodar com o tipo de pessoa que estaria formando, pensei que seria ótimo se todos fossem pessoas autônomas, pessoas compromissadas com a ética, o respeito mútuo e a cooperação. Foi isso que me levou a pensar nesse tema.

Na verdade essa pesquisa tem o objetivo não de provar algo, mas antes, de entender o fantástico mundo da criança. Sempre testemunhamos absurdos ocorridos com pessoas que são assassinadas, espancadas, roubadas, drogadas em fim, violentadas de alguma forma e muitas vezes não paramos para pensar o que é necessário fazer para que tudo isso mude. De fato não estou aqui pretendendo mudar o mundo todo, mas quem sabe eu faça a diferença para os que fazem parte do meu mundo. O que realmente podemos fazer para que o mundo se torne mais humano é definitivamente formar cidadãos mais humanos e é isso que pretendo aprender com minha pesquisa: Saber onde preciso intervir e como, pois "os porquês", já sabemos. Se formarmos crianças que sabem e primam por viver em

união com quem os cercam, por viver em convívio de cooperação e respeito mútuo, que tem impregnada em sua essência as concepções de bem e mal, certo e errado, conseqüentemente teremos um mundo mais humano.

Quero ajudar a formar pessoas que não serão influenciadas a usarem entorpecentes, a brigarem sem motivo, a violentarem por diversão, a roubarem ou cometerem qualquer ato de puro vandalismo, mas sim pessoas que influenciarão outras a caminharem juntas, a se ajudarem, a primarem pelo respeito devido a todo ser humano.

A metodologia do seu trabalho se baseou em pesquisa bibliográfica, e o texto está dividido em três partes, que destacam os seguintes temas: Autonomia e Heteronomia; Construção da moral da criança; e Como formar um cidadão autônomo.

PARTE I

AUTONOMIA E HETERONOMIA

1 A Autonomia e a Heteronomia segundo Jean Piaget

Segundo Jean Piaget a criança pequena passa por etapas de desenvolvimento que formarão seu caráter, ou consciência moral. Essa construção é baseada na interação social que ela terá, junto aos mais velhos, colegas da mesma idade, etc. Dessa forma, ela passará por três etapas, que seriam a pré-moralidade, a heteronomia e, por fim, a autonomia. Dando ênfase às duas últimas, podemos explicá-la da seguinte forma:

- **Heteronomia:** Obediência sistemática às regras, é externa ao indivíduo, o respeito é unilateral, ou seja, a criança nessa etapa entende o bem ou mal de acordo com sua submissão, se obedece é boa e se desobedece é má. Nessa fase a obediência se dá pelo temor em ser castigada ou em perder o amor de quem está impondo, ou seja, é advinda da coação do adulto ou pessoa mais velha. Como uma criança heterônoma age por causa de temores, como ela na verdade não entende o objetivo, o sentido das regras ou limites impostos, certamente quando o adulto não está presente ela agirá em desconformidade com os mesmos. (citar texto Telma Vinha)

- **Autonomia:** A obediência se dá pela compreensão interna das regras. Nessa etapa a criança apreende, na socialização com seus pares, adultos, etc., o motivo/objetivo pelo qual as regras estão sendo estabelecidas. Embora algumas pessoas pensem que uma pessoa autônoma age conforme seus interesses é exatamente o contrário, ela entende a importância da colaboração e do respeito mútuo no convívio social. O temor existe, mas não o de ser castigada, mas o de decepcionar o outro, ou segundo Telma Vinha cita: de “decair aos olhos do outro”, afinal o indivíduo autônomo é um ser totalmente social, que entende o respeito como sendo mútuo, e a colaboração como parte essencial nessa convivência.

Telma Vinha (1998) diz que dentro dessa construção é importante pensar nos sentimentos morais que são formados nas crianças. O que nos leva a uma pergunta relevante: A obediência deve se dar pelo temor, pelo amor, ou pelo respeito? Ora, uma criança que é levada a obedecer pelo temor, não entende o objetivo dos limites, acredita que a obediência é exterior a ela, imposta pelo seres detentores de todo saber (pais, irmãos mais velhos ou professores). Mas como é de fora pra dentro, suas decisões são pautadas no interesse próprio (o de não ser castigado) e é por isso que na ausência da pessoa ela descumprirá as regras. Vejamos agora a visão que a autora tem sobre a relação que se baseia no amor. Segundo ela, ao observar relatos de algumas professoras ou mesmo de mães que não entendiam porque as crianças desobedeciam às regras, ultrapassavam os limites, pôde constatar que atrelado ao conceito de amor está o de permissividade. Ela esclarece que limites devem sim existir, portanto se a criança não sofre nenhuma advertência mediante a quebra de um acordo em que impõe limites, certamente ela entenderá que é o

centro de tudo, o que reforçará o egocentrismo. E quanto a isso ela esclarece que os limites devem ser colocados sim, mas o respeito deve ser interiorizado, aí está a diferença, afinal sem limites a convivência é impossível. Bem, é exatamente aqui que está o "X" da questão, a autonomia não é a ausência das regras e limites, pois esses sempre existirão enquanto existir o convívio social. Sua característica principal é o entendimento e interiorização desses limites, sai do individualismo e parte para o respeito mútuo e colaboração tão essencial a toda sociedade. Um ser autônomo é um ser social, sendo assim respeita o outro, sabe se impor e contestar quando discordar da opinião alheia sem perder o respeito. O temor vai existir sim afinal é quando tememos que refletimos, o que trata aqui é que existe um limite entre temor autoritário e permissividade e uma finalidade a ser alcançada, que é o respeito mútuo, ou seja, temor de decair aos olhos do outro.

PARTE II

COSNTRUÇÃO DA MORAL DA CRIANÇA

2 Impressões sobre a construção da moral na criança

Piaget busca nesse livro estudar, entre outras coisas, as fases das crianças em relação à consciência das regras do jogo na formação da moral da criança.

Ele observa que as consciências das regras variam de acordo com a idade sendo assim, ele divide todo esse processo em estágios de desenvolvimento:

- Motor e individual – até 2 anos – Simples práticas regulares e individuais;
- Egocêntrico – Entre 2 e 5 nos – Imitação dos maiores com egocentrismo;
- Cooperação - Entre 7 / 8 anos – Cooperação;
- Codificação das regras – Entre 11/12 anos – Interesse pela regra em si mesma.

Falando sobre esse último estágio, que consiste exatamente na formação da consciência moral das regras e sua função formadora do caráter, o autor tenta explicar:

- A criança passa sim por fases de desenvolvimento, mas o objetivo na formação do caráter de uma criança é que ele tenha espírito de cooperação e respeito mútuo;

O respeito mútuo às regras é necessário na socialização e formação desse ser autônomo:

O respeito mútuo aparece, portanto, como a condição necessária da autonomia, sob seu duplo aspecto intelectual e moral. Do ponto de vista intelectual, liberta as crianças das opiniões impostas, em proveito da coerência interna e do controle recíproco. Do ponto de vista moral, substitui as normas da autoridade pela norma imanente à própria ação e à própria consciência, que é a reciprocidade na simpatia. (PIAGET, 1977. pág. 94)

Piaget estudou algumas crianças, buscando compreender como elas entendiam as regras em geral impostas pelos adultos. Essa pesquisa foi feita individualmente para que não houvesse influência nas respostas, embora em algumas abordagens não pudesse ter absoluta certeza da sinceridade de algumas crianças mais velhas, não por estas realmente mentirem, mas em alguns momentos, ele ficou em dúvida se as crianças não estariam se sentindo em algum teste em que as respostas dadas eram as esperadas, porém, no fundo, poderiam não pensar daquela forma, sendo assim, elas certamente são inteligentes, mas talvez não comprometidas com a verdade... É uma incógnita!

Esclareçamos: é certo que, na grande maioria dos casos, a criança é sincera durante a realização da experiência. Unicamente, pode pensar que esperamos dela uma lição de moral mais do que uma reflexão original a respeito da maneira pela qual ela mesma concebe as coisas. (PIAGET, 1977, p. 103)

Num primeiro momento, três histórias são contadas às crianças sobre incidentes ocorridos.

A primeira conta a história de dois meninos que quebram xícaras. O primeiro quebra 12 xícaras porque não as viu atrás da porta quando a mãe chamou para jantar, o segundo quebrou 1 quando tentava alcançar um doce na prateleira.

A segunda conta a história de dois meninos que derrubaram tinta na toalha de mesa do pai, só que uma o fez porque queria ajudar enchendo o pote de tinta e

derrubou muita tinta, o outro estava brincando, mexendo nas coisas do pai e derrubou pouca tinta na toalha de mesa.

A terceira conta a história de duas meninas que cortaram com tesoura o vestido da mãe, a primeira fez um corte grande porque queria fazer uma surpresa para a mãe e a outra fez um corte pequeno porque estava brincando com a tesoura.

Diante do teste feito inicialmente com as crianças entre 6 e 7 anos, percebe-se que no julgamento moral dos atos em si, em relação ao desajeitamento, as histórias contadas são interpretadas de forma objetiva, ou seja, elas analisam a consequência do ato e não a intenção calculando a gravidade do fato ocorrido pelo "tamanho do prejuízo" e não pelas intenções. Mas quando uma delas é incentivada a lembrar de algo parecido que aconteceu com ela, seu julgamento se torna subjetivo, ou seja, ela consegue avaliar a intenção e não apenas o incidente em si.

Diante das mesmas histórias, contadas às crianças mais velhas, sendo de idade (7 a 10 anos), ou apenas intelectualmente, adiantada, como SCHMA de 6 anos, elas conseguem avaliar de forma subjetiva todos os casos, observando as intenções que cada criança teve e não o prejuízo material final.

O autor observa que essa característica de se valorizar o prejuízo em detrimento das intenções pertence ao pensamento adulto, o que faz com que a criança faça o mesmo. Conforme o adulto consegue ser justo e desconsiderar o prejuízo em si, mas a intenção da criança, esta consegue também subjetivar o ocorrido.

Posteriormente são contadas quatro histórias de roubo:

A primeira é a de um menino que roubou um pão porque o amigo disse que passava fome e não tinha como comprar.

A segunda conta a história de uma menina que viu uma fita bonita e achou que ficaria bem no seu vestido, então a roubou enquanto a balconista se distraiu.

A terceira é de uma menina que ao ver o passarinho da colega prezo e esta se recusava a solta-lo, aproveitou um momento em que ela não estava para solta-lo e para que ninguém visse escondeu à gaiola.

A quarta é de uma menina que queria comer chocolate e o roubou quando a mãe saiu.

Nessas histórias foi observado que as crianças de 6 anos, mesmo aquelas que conseguiram considerar, nas situações de desajeitamento, as reais intenções das crianças, nesse caso de roubo, embora compreendendo também as intenções de todas as crianças, atribui à punição maior àquela que roubou algo maior ou de maior valor. Ou seja, objetivando as ações.

O autor conclui: os adultos tentam impor obrigações às crianças, e elas têm que obedecer por questão de respeito e não por colaboração ou cooperação, sendo assim mesmo que elas realizem algumas tarefas, ou não façam algo que aborrecerá os pais, as atitudes tomadas serão apenas para agradá-los e não por entenderem o sentido da colaboração e da união. Sendo assim, compreendo que esses pais estão criando pessoas heterônomas, ou seja, pessoas que não entendem o porquê das regras, simplesmente as seguem porque todos o fazem e são recompensados por isso.

A questão da mentira também faz parte da construção do caráter da criança, e sobre esse tema, o autor busca entender o que a criança entende como mentira, ou seja, sua definição, a responsabilidade e intencionalidade no que diz respeito ao fato. Em sua pesquisa com crianças de 6 a sete anos ele percebeu que elas atribuem a mentira a uma palavra feia e não ao ato de mentir em si, embora

consigam distinguir uma da outra. Segundo sua pesquisa, as crianças não conseguem dissociar uma mentira de um engano atribuindo ambos, como mentira. Ela pode até reconhecer o engano e perceber que não houve um ato intencional, mas continua afirmando que a mentira ocorreu. Podemos concluir que a criança tem uma definição de mentira externa a ela e não consciente, ela repete o que foi transmitido pela linguagem que mentira é algo que não se deve fazer associando a isso um pecado, sem pensar na intencionalidade do ocorrido.

Essa concepção de mentira vai mudar e se tornar mais consciente a partir dos 10/11 anos, embora em sua pesquisa ele tenha encontrado algumas crianças que conseguiram distinguir a mentira de um engano, com o foi o caso de BEC, KE e PUI, com 6, 7 e 8 respectivamente. Entre as crianças maiores ele conseguiu definições mais explícitas:

“LAU (oito anos): “Aquele que diz uma mentira sabe o que faz, mas não quer dizê-lo. O outro [que se engana] não sabe.”

ARL (dez anos): “Quando mentimos, fazemos de propósito. Quando nos enganamos, não sabemos.”

KEI (dez anos): “Uma mentira é quando enganamos alguém. Engano é quando nos enganamos [a nós mesmos]”. (Apud PIAGET, 1977, p. 128)

Durante a pesquisa feita com crianças entre 6 a 9 anos, na qual o autor conta duas histórias, sendo elas: Uma criança andando pela rua vê um cachorro e o compara ao tamanho de uma vaca quando conta para a mãe. A outra de um menino, o qual para ganhar algo mente para sua mãe que a professora lhe deu boa nota, quando a mesma não deu nota alguma. Podemos notar como a criança atribui uma mentira mais “feia” àquela na qual a mãe a reconhece como tal e não aquela verdadeiramente intencional. Sendo assim, segundo as crianças pesquisadas, quem

merece castigo é aquela que comparou um cachorro a uma vaca, pois isso não existe e a mãe sabe disso.

É incrível perceber a forma deturpada como as crianças nessa fase, entendem a mentira. Elas acreditam que ela existe exatamente quando a mãe a reconhece como tal e não o contrário, quando a mesma é enganada, pois para elas a mentira existe na impossibilidade de ser verdade (cachorro do tamanho de uma vaca) e não quando há a possibilidade de ser fato (embora não tenha recebido nota alguma isso poderia acontecer, então é “menos vilão”).

Mais tarde, quando faz sua pesquisa com as crianças de idade mais avançada, percebemos que essas conseguem compreender a mentira como ato intencional. Sendo assim reconhecem que a mentira do cão foi um exagero, ou uma brincadeira facilmente percebida, enquanto a outra, das boas notas, é um ato, considerado maldoso, usado para beneficiar o indivíduo que a contou. Desta forma, concluída como mentira mais grave. E assim ocorre com as outras histórias, como a da dor no pé a do passeio de carro, assim como a da tesoura com o desenho. Essas crianças mais velhas conseguem subjetivar as mentiras ditas, e compreende-las com tal, ou seja, vêem nelas a gravidade conforme a intenção e não pelo tamanho da narração ou do ocorrido.

Embora o autor se negue a determinar exatamente uma fase de compreensão de acordo com a idade (pois muitas vezes as crianças misturam um pouco o entendimento a respeito da mentira contada), ele consegue concluir mais uma vez: Até uns 8 anos a criança é objetiva na compreensão de uma mentira e só depois dos 9 anos eles conseguem observar e analisar as situações de forma subjetiva.

Na história contada pelo pesquisador sobre informações erradas, sendo uma feita porque a criança não sabia ao certo onde era a rua procurada e ao dar

informação fez com que a pessoa se perdesse; e a outra na qual a criança sabia, mas quis brincar com a pessoa dando informação errada mesmo sabendo onde era a rua, mas que não ocasionou ao indivíduo que necessitou dela que se perdesse, as crianças de até 8 anos avaliaram as conseqüências das informações e não do ato em si. Sendo assim, reforça a afirmação de que nessa fase de idade as crianças ainda não compreendem a mentira como um ato voluntário e intencional, mas sim como conseqüência material e causal. Então a criança julgada culpada foi aquela que fez com que o indivíduo que pediu informação se perdesse e não o outro, pois apesar de fazer uma traquinagem, seu ato não provocou conseqüências graves.

As conclusões que o autor pode observar no que diz respeito aos julgamentos morais na criança são: Tanto no que diz respeito inicialmente às regras dos jogos e posteriormente à mentira entende-se que a criança atravessando as fases de coação e egocentrismo, partindo para cooperação mútua, e a partir do momento em que interioriza e realmente compreende os fatos, consegue enfim entender as regras e segui-las de forma mais autônoma. Da mesma forma em relação à mentira, assim que ela consegue entendê-la de forma menos objetiva, (afinal até então ela sofre ação externa, pelos adultos que nela impõem a mentira como algo errado devido suas conseqüências materiais), e passa a entendê-las como intencionais que ela compreenderá que o erro está na atitude e não nas conseqüências dos atos.

É evidente que a forma como a criança compreende a mentira é transmitida pelos adultos de forma errada, pois estes a determinam e castigam em geral por causa da conseqüência material e não de acordo com a intenção. Assim ela vê a verdade de forma sagrada e incontestável, mas não a compreende de fato. O adulto transmite à criança que a mentira é algo feio e que deve ser castigado, levando-a a mentir para que o castigo não ocorra. Dessa forma o adulto a faz entender que se

não é descoberta, não está mentindo, ou não é tão grave. Só quando a criança consegue perceber a mentira de maneira subjetiva, julgando a intenção em detrimento das causas materiais que ela realmente poderá julgá-la de maneira mais efetiva, compreendendo de fato que a mentira é um ato intencional que se opõe à verdade.

Como a criança na fase egocêntrica não consegue perceber a mentira ou a quebra das regras, (afinal nessa fase ela só consegue atender seus desejos), pois segundo o autor, ela é "levada" a mentir sempre por temer o risco de não serem atendidos. Só posteriormente, com a compreensão do respeito mútuo e cooperação que ela conseguirá entender e realmente interiorizar os fatos subjetivamente, e isso se dará através da convivência e compreensão do respeito mútuo em detrimento do respeito unilateral.

A compreensão da mentira pelas crianças passa então por três fases, sendo elas: Primeiro: A mentira é vilã porque causa punições, se não houvesse punições não seriam vilãs; Segundo: A mentira é vilã independente se houve ou não punições; Terceiro: A mentira é vilã, pois quando ela ocorre, a confiança e o respeito mútuos são quebrados.

Conclui-se, portanto que a compreensão da mentira atravessa fases entre a inteligência e a compreensão dos fatos e isso ocorrerá com a socialização e desenvolvimento das crianças, e isso dependerá da idade, pois seu desenvolvimento intelectual dependerá desse fator.

É interessante perceber como o fator social está ligado à idade e ao valor de uma mentira contada a um adulto ou a uma criança. Os menores, ainda influenciados pelo respeito unilateral, que vêm as regras estipuladas pelos adultos como incontestáveis, acreditam que é mais grave contar uma mentira a um adulto

que a uma criança, pois o adulto, além de poder puni-los, saberá que estão mentindo. Já nos maiores, ocorre o inverso, pois, apesar de perceberem a mentira como grave, em ambos os casos, concluem que é mais grave mentir a uma criança exatamente porque esta é facilmente enganada, não percebendo a mentira, além de ferir a confiança e respeito mútuo que existem entre eles. É interessante perceber em uma das crianças a afirmação de que às vezes são praticamente “forçados” a mentir, pois as circunstâncias a levam a tal comportamento (certamente se refere às punições que a verdade acarretaria).

É fascinante perceber a evolução da percepção das crianças sobre a mentira, ou às regras impostas, de heterônomas à autônomas. Enquanto elas aceitam ou seguem as regras impostas devido a um respeito unilateral, elas não compreendem suas finalidades, simplesmente obedecem para não serem castigados. Porém, assim que compreendem que a obediência ou não das regras remetem ao respeito mútuo, à colaboração e solidariedade, elas vivenciam a interiorização das regras e verdades, como algo necessário à boa convivência, amizade, companheirismo e afeição, tornando-se assim autônomas em suas impressões.

O autor nos mostra em pesquisa feita com sua filha, como a criança menor de 3 anos, mesmo sendo criada fora dos padrões de “obediência cega”, ou seja, no qual se trabalha a autonomia, explicando sempre os motivos de certas regras imprescindíveis, assim como nunca sendo castigada quando alguma regra é quebrada, como o comportamento heterônomo ocorre mesmo assim. Sua filha aparentemente se sente culpada quando algumas regras são quebradas, mesmo que não seja culpa sua, demonstra culpa, chora e é difícil de ser consolada. É difícil explicar o motivo da tal comportamento, mas ele supõe também que o sentimento de derrota pode acarretar tal reação.

Em sua conclusão final o autor entende que existem duas morais nas crianças, caracterizados por processos formadores que se sucedem, mas que apesar disso não caracterizam exatamente estágios. No primeiro processo formador o realismo moral da criança é consequência da coação exercida pelo adulto e resulta na heteronomia. O segundo processo é o da cooperação e resulta na autonomia.

A coação moral ocorre quando existe um respeito unilateral às regras, leis, deveres e obrigações devem ser obedecidas e nunca contestadas pois assim será considerada uma criança boa. Dessa forma a criança está sendo formada para ser um "robozinho", um ser heterônomo que obedece, no entanto não entende o real motivo da aplicação de tais regras, resultando assim no realismo moral.

Uma fase intermediária surge e nela a criança entende o real motivo das regras, já não obedecendo apenas mecanicamente às imposições das ordens pelos adultos, mas compreendendo a regra em si mesma. Nessa fase ela compreende, por exemplo, que a mentira é má em si mesma, mesmo se não for descoberta e que não seja castigada, sabe que é errado mentir. Essa fase é caracterizada como uma semi-autonomia, pois existe, apesar da criança nessa fase ter autonomia da consciência, a possibilidade de aparecer alguma regra externa à sua consciência moral.

No final do capítulo o autor questiona, quando a criança se tornará um ser autônomo em sua essência, o que facilmente podemos responder em uma palavra: Empatia, ou seja, a autonomia se formará na criança quando, com a convivência social, perceber em suas relações, a importância da cooperação, respeito e afeição mútua, levando-o a entender que não se deve fazer ao outro algo que não gostaria que fizesse consigo. A autonomia consiste em entender as regras de boa

convivência, da solidariedade, do amor ao próprio. Entendendo essas “leis” da vida, ela nunca será influenciada por ninguém a fazer algo que vá contra seus princípios, pois esses formaram sua essência, sendo assim é imutável, incontestável e verdadeira.

O autor já falou nos capítulos anteriores sobre as regras do jogo e sobre a caracterização dos tipos e formas de compreender as mentiras. Sendo assim ele distingue dois tipos de respeito, ou duas morais na construção do caráter da criança. São elas: a heteronomia, nela a criança age por coação em que o respeito é unilateral. E a autonomia, nesta a criança entende a importância da cooperação, age de acordo com ela, e o respeito é mútuo. Além disso, o fator da coação e evidentemente traços de heteronomia podem ser bem observados ao perceber como as crianças pesquisadas não têm uma interiorização sobre o que estão falando, ou melhor, julgando, elas sofrem influências dos adultos na formulação de suas respostas, mesmo que indiretamente. Conseqüência disso são as visões muito objetivas que têm sobre as histórias contadas, visivelmente não existe uma consciência do que realmente é uma mentira, mas assim como o autor, também não me deterei nisso, afinal foi bem explicado anteriormente.

O autor tem um desafio grande, ou seja, observar, nas crianças maiores, reações que possam caracterizar um respeito autônomo, mútuo, e isso remete, necessariamente, que se entre no íntimo delas, que possa compreender sua essência moral, sua consciência. O jogo agora se torna bem mais complexo, intenso, sistemático, interessante e fundamental. O interrogatório agora será através de outro tipo de jogo, é o jogo jurídico. As crianças terão que julgar dentre as opções fornecidas pelos entrevistadores diante de alguns fatos narrados, qual será a mais justa e as respostas são impressionantes. O que se pretende descobrir aqui é até

que ponto as crianças têm censo de justiça, o que esse termo significa. A afetividade e a cooperação são imprescindíveis para que essa pesquisa obtenha dados relevantes. É um desafio!

Segundo Piaget, a consciência de justiça é algo que se estabelece entre as crianças. Mesmo recebendo alguma intervenção dos adultos, é nas relações sociais entre as crianças que ela se desenvolve, através da solidariedade, respeito entre si e da afetividade. A noção de justiça se desenvolverá conforme as relações se estreitam isso se torna como condição de convívio entre elas.

O autor determina alguns tipos de “sanções” (termo utilizado por ele), sendo elas a expiatória e a por reciprocidade, que caracterizarão os julgamentos das crianças entre justiça retributiva e distributiva.

As sanções expiatórias têm caráter punitivo de acordo com a gravidade do ato, mesmo que a punição nada tenha a ver com o ato em si. Para esse tipo de punição, quanto mais causar sofrimento mais eficaz. Como exemplo, podemos citar uma desobediência que causa um dano material é castigado com palmadas. Esse tipo de sanção é característica da moral heterônoma, nela existe o respeito unilateral, do autoritarismo, empregado para demonstração e poder entre adultos e crianças, muito observado e facilmente distinguido em nossa sociedade em geral.

Já a sanção de reciprocidade é caracterizada exatamente pelo oposto. Esse tipo de justiça aplica-se mediante as regras de cooperação e autonomia. A criança repreendida através da reciprocidade será levada a perceber a gravidade de seu ato, sendo assim necessariamente, a punição tem ligação com o ato. A criança perceberá que um elo social se quebrou e cabe a ela resgatá-lo retratando-se e repensando no que fez. Isso faz com que ela reflita, sinta e conclua que houve uma falha no respeito mútuo tão necessário à boa convivência. Dentro desse tipo de

sanção podemos observar diversas formas de serem aplicadas, desde as menos às mais severas. Como exemplo, podemos citar a exclusão social, a consequência material, a "elas por elas", e as que fazem com que o ato seja pago, restituído e na qual se retira da criança o objeto que ela não cuidou, ou algo semelhante. Dentre todas essas formas a menos lógica a meu ver é aquela em que se utiliza a vingança, ou seja, pagar o mal com o mal, sendo assim, a menos educativa e a que menos formará positivamente o caráter da criança, pois ela aprenderá assim que a vingança é permitida e aceitável. E isso certamente não desenvolverá nela a compreensão que um elo de confiança, solidariedade e respeito foram rompidos.

Observando o resultado das pesquisas em crianças de 06 a 10 anos, é fácil observar que as crianças julgam de forma totalmente diferente, apesar de terem a mesma idade. As primeiras entrevistas apresentadas mostram como algumas crianças de 06 a 10 anos utilizaram de uma severidade surpreendente, observa o autor. Elas aplicam os "castigos" acreditando serem mais justos se causarem dor, ou sofrimento. Isto porque elas acreditam que elas deverão sofrer por terem desobedecido, sem pensar no ato em si. Visivelmente utilizam a sanção expiatória, pois os castigos nada têm de relação com o ocorrido. Já nas pesquisas com as outras crianças, apesar de terem a mesma idade, notamos que forma de julgar é sempre de reciprocidade, ou seja, elas consideram mais justas aquelas que têm relação com o fato ocorrido.

O autor levanta uma hipótese muito bem observada sobre essas últimas crianças entrevistadas. Será que as crianças responderam, em relação às punições, realmente o que acreditavam serem justas, ou porque ao se verem avaliadas, em um tipo de teste, analisaram as respostas que tivessem relação com o fato ocorrido? Sendo assim elas não estariam utilizando a consciência de justiça, mas sim a

inteligência de ligar um fato à sua possível consequência. Embora seja uma dúvida plausível, ao mesmo tempo em que ela surge, também é observado que entre algumas crianças a explicação é bem categórica e clara, ou seja, algumas crianças conseguem relacionar e explicam isso, que uma consequência de um fato ocorrido deve ter relação com ele, senão não há sentido. O que se pode concluir que provavelmente essas crianças vivenciaram os dois tipos de punição e conseguiram entender qual faz mais sentido aplicar, quando se quer que aprenda e entenda que aquilo não agradou.

Observando as respostas das diversas crianças em relação à outra problemática levantada pelos pesquisadores, em que duas crianças cometem o mesmo erro, ao mexerem nos papéis dos seus respectivos pais: Uma é surrada quando descoberta, e à outra apenas se explica o que não devia ter feito, fazendo com que ela se coloque no lugar do pai, caso esse mexesse em suas coisas, e estragasse. Quando ocorre outro fato que possibilitaria uma nova punição, qual das crianças assumiria o ato? Percebemos claramente que há uma diversidade de opiniões, mesmo entre crianças da mesma idade. Algumas acreditam que a criança que foi punida é a que assumiria, porque como com a outra nada aconteceu, eles acreditam que fariam novamente. Em contrapartida, outras crianças, mesmo das mesmas idades, acreditam que a criança que recebeu explicação correta e gentil, assumiria, pois aprendera. De acordo com o observado, fica claro que: A criança repete situações vivenciadas, ou seja, se ela é levada a entender o porquê das coisas, encontrará na explicação, mais sentido do que punições mais severas. À medida que a criança que costuma receber punições dessa finalidade mais expiatória, tende a crer que é a qual ensinará.

A conclusão que o autor chega, pretendendo explicar em qual atitude ou forma de pensar cabe a autonomia e em qual cabe à heteronomia, é a de que: A criança que utiliza as punições expiatórias, ainda contém influência de seus pais, e constroem a idéia na qual a punição evitará nova ocorrência dos atos desapropriados, isso porque entendem que as regras estabelecidas pelos adultos têm que ser obedecidas, nunca questionadas e caso isso ocorra, seja devidamente punido. Em contrapartida, se atribui uma consciência autônoma àquele em que a criança percebe que as explicações dos seus erros os farão observar e aprender que não se deve repeti-los, para que não se quebre a confiança e o respeito mútuos. A criança, assim passa a ter noção da consequência de seus atos. Ele tenta explicar de onde vem, ou seja, a origem dos comportamentos das crianças no que diz respeito aos tipos de aplicações de sanções. Sobre a heteronomia ele acredita que mesmo certas reações poderem até ser consideradas instintivas, a coação do adulto é que exercerá maior influência

PARTE III

COMO FORMAR UM CIDADÃO AUTÔNOMO

3 FORMAR UM CIDADÃO AUTÔNOMO: UM DESAFIO

A educação da criança é um tema que preocupa tanto pais como profissionais da área educacional desde que o mundo existe, o que mudou foi a forma de se enxergar isso, afinal nem sempre a criança teve tanta "importância" para a família. Hoje em dia, se compararmos com épocas passadas, podemos observar um grande progresso nesse aspecto. Na época dos novos avós, pais, ou mesmo na nossa época de criança, elas não eram vistas com o respeito com que são vistas hoje. Eram criadas para obedecer sem questionar, muitas vezes os pais nem precisavam falar, só com o olhar já diziam tudo. Era uma época imensamente repressora, gerava insegurança, mas todos sobreviveram, apesar de possíveis traumas. Já por volta dos anos 80, essas pessoas que viveram toda essa rigidez excessiva, quando pais formaram uma geração de crianças sem limites, muitas vezes por querer dar aos filhos uma liberdade que não tiveram. Essas crianças podiam tudo, viviam sem limites, sem respeito nem mesmo pelos pais. Tudo isso gerou escândalos, como foi o caso dos garotos que queimaram um índio em Brasília, ou outros (mais recentemente) que espancaram prostitutas, pessoas anônimas, mataram seus pais, etc. - afinal quem nasce acreditando que está acima do bem e do mal, alguém que

acredita que tem de ser atendida em todos seus caprichos, não poderia fazer diferente. Diante de tantos fatos jornalísticos, ou seja, reais que aconteceram nessas últimas décadas, podemos verificar a deficiência de nossa forma de ver a educação e criação de nossos filhos. Hoje podemos perceber que estamos numa fase neutra e mais consciente no que se refere a tal assunto. De uma forma geral, os pais hoje têm mais consciência da necessidade dos limites, do respeito e ao mesmo tempo entendem a importância do diálogo, embora sempre existam aqueles que apresentam dificuldade em definir limites.

A conclusão a que podemos chegar é de que os limites devem sim existir, afinal faz parte do convívio em uma sociedade que eles existam, pois sem eles a criança não poderá exercer e nem entender o real sentido da cooperação e respeito mútuos e isso acarretará o descumprimento das normas que caracterizam a boa convivência e conseqüentemente a autonomia.

"Não raro, ouve-se uma mãe ou professora afirmar que conversa, conversa e conversa com a criança, mas que ela não ouve o que é recomendado, não a obedece. Analisando as relações entre esses adultos e criança, muitas vezes, percebe-se que ao interagir nas situações em que havia a necessidade de limites, essa criança foi, como todas as outras, verificando necessidade desses. Porém ao testá-los, na forma de exigências (sendo em geral atendida); desobediências; "birras"; desafio as "ameaças" feitas etc.; e perceber que nada acontece, ou seja, que o adulto não tomava nenhuma atitude quando as regras não são respeitadas (para revalidá-las), os limites dessa criança ampliam-se consideravelmente. Diante da permissividade do adulto perante tais condutas da criança, as normas vão sendo aos poucos desvalidadas." (VINHA, 1998, p. 04)

Para que as regras sejam cumpridas, muitas vezes utilizamos diversos tipos de punições ou sanções direcionadas à criança, o que gera o temor. O medo faz parte do crescimento e estabelecimento das regras, o que diferencia é a relação com ele. Telma Vinha (1998) define como 3 os tipos de medo que a criança desenvolve: o temor por perder o amor, por sofrer castigos físicos ou psicológicos ou de não ser respeitado. Segundo ela, ao obedecer por medo das conseqüências

acarretará uma não consciência do objetivo desse limite o que a levará a repetir o ato "proibido" sempre que estiver sozinha, longe do adulto. Quanto ao medo de perder o amor, não raro é da parte dos adultos cometer o grande erro, pois os torna muito permissivos. Sendo assim, a criança testará sempre até onde pode ir e descobrirá que podem mais e mais, é só utilizar recursos "emocionais", como birras, por exemplo. O medo sempre existirá em um ambiente em que regras sejam estabelecidas, e esse é o sentimento que está ligado à quebra das mesmas, porém não o de sofrer castigos, sejam eles quais forem, ou de perder o amor do outro, mas sim o de não ser visto pelo outro com o respeito que deveria. A criança que desenvolveu seu caráter autônomo quer se sentir valorizada perante todos e é esse valor que ela teme perder. Essa é a criança que a autonomia forma. Isso nos leva a concluir que o respeito às regras deve ser para todos, adultos ou crianças. É essa a essência da autonomia.

"De La Taille esclarece que, no respeito mútuo, a 'interiorização' das regras corresponde a uma forma racional destas (portanto crítica) e uma nova exigência moral: a reciprocidade, respeitar e ser respeitado. Para esse autor, a exigência de ser respeitado é a exigência de ser reconhecido como pessoa de valor." (Apud, Ibid, Idem)

A jornada é dura, educar não é tarefa fácil nem para a escola nem para os pais. Não há um livro de receita que mostre exatamente o que devemos fazer, mas certamente existem inúmeros pesquisadores que têm obras valiosas que podem ajudar e muito. Se entrarmos no mundo da criança, se entendermos a forma como seus caracteres se constroem, encontraremos mais facilidade em educá-las de forma autônoma.

E a escola, será que ela pode influenciar na formação do caráter de uma criança? Será que ela exerce papel importante nesse quesito? Certamente que sim. Diversos autores afirmam isso. A escola tem papel fundamental na vida de todas as

crianças, proporcionando atividades que reforcem a cooperação, o respeito mútuo e tudo o que está relacionado com o desenvolvimento da autonomia de um pequenino. Araújo constatou, em sua pesquisa realizada com crianças de 6/7 anos de escola pública que conviviam com essa realidade de respeito mútuo, que aquelas crianças que conviviam naquela realidade de cooperação se desenvolviam mais eficazmente, pois o contato social existente quando se interage com pessoas da mesma idade acabam aos poucos eliminando o egocentrismo infantil. A conclusão a que podemos chegar a esse respeito é que esse contato social é fundamental para o desenvolvimento das crianças.

“Piaget define a cooperação como sendo “toda relação entre dois ou mais indivíduos iguais ou que se acreditem como tais. Dito de outra forma, toda relação social na qual não intervém qualquer elemento de autoridade ou de prestígio”. (Apud ARAÚJO, 2001, 2 e 3)

“A construção dos instrumentos lógicos ocorre quando o sujeito coloca em reciprocidade seus pontos de vista, adquirindo a possibilidade de considerar o ponto de vista dos outros”. (ARAÚJO, 2001, p. 3)

É também função da autonomia, possibilitar nas crianças a percepção crítica dos fatos ocorridos ao seu redor, favorecendo a compreensão de que existem outros pontos de vista que podem ser contrários aos seus e apesar disso respeitados, possibilitando na criança um poder de decisão mais consciente com o bem estar do grupo a sua volta.

“A autonomia moral pressupõe essa capacidade racional do sujeito compreender as contradições em seu pensamento, em poder comparar suas idéias e valores às de outras pessoas, estabelecendo critérios de justiça e igualdade que muitas vezes o levarão a se contrapor à autoridade e às tradições da sociedade para decidir entre o certo o errado.” (ARAÚJO, 2001, p. 3)

É devido a todas essas afirmações anteriores que podemos entender a importância do ambiente cooperativo escolar para a formação do caráter e

personalidade da criança. Afinal é lá que ela terá as maiores possibilidades de interação com pessoas da mesma faixa etária, proporcionando esse desenvolvimento. E esse processo só será possível se o professor favorecer trabalhos em grupos, simetria nas decisões tomadas em sala de aula, mesmo no que se refere às regras, etc. Afinal quando a criança se sente parte importante na organização e tomada de decisões, isso facilitará a compreensão do objetivo das regras e desenvolverá um ambiente de cooperação tão insistentemente citado neste trabalho.

“O que está se chamando de “ambiente escolar cooperativo”, é um ambiente assim denominado porque nele a opressão do adulto é reduzida o máximo possível e nele encontram-se as condições que engendram a cooperação, o respeito mútuo, as atividades grupais que favorecem a reciprocidade, a ausência de sanções expiatórias e de recompensas, e onde as crianças tem oportunidade constante de fazer escolhas, tomar decisões e de expressar-se livremente.” (ARAÚJO, 2001, p. 4)

É claro que ninguém está negando a existência de grandes dificuldades em manter um ambiente escolar democrático. A maioria dos professores, inclusive eu, questionam essa idéia democrática em sala de aula. Apesar disso, existem sim essa possibilidade de trabalho e isso foi comprovado pelos pesquisadores em educação. O próprio Araújo observou em sua pesquisa com as crianças de escolas públicas o quanto o ambiente cooperativo proporciona maior organização, tranquilidade e desenvolvimento das crianças, afinal elas se sentem, e são, parte ativa de todo esse processo, ou seja, sentem-se também mais seguras.

“Lentamente, durante o ano, as crianças assumiram a coordenação e direção das atividades... A professora continuava ativa na sala de aula... mas evitava intervir desnecessariamente... Durante as atividades a professora sempre questionava os procedimentos... Encorajava-as também para que decidissem o quê fazer...” (Ibid. Idem)

“Esses fatos ilustram a oportunidade que as crianças tinham de tomar decisões e de assumir a responsabilidade pelos seus atos, o que contribuía para o desenvolvimento de sua autonomia.” (ARAÚJO, 2001, p. 5)

É comprovado que são as experiências empíricas que as crianças vivenciam que as tornam cooperativas, e que o respeito mútuo acontece. Sendo assim, não adiantaria apenas conversar e explicar através de teorias e conceitos sobre a autonomia para formar seu caráter. A partir do momento em que elas tiverem a oportunidade de participar das tomadas de decisões, de concretizar trabalhos em grupo, de ouvir opiniões e expor as suas, é que ela se desenvolverá para uma autonomia de fato. É por isso que a escola exerce papel fundamental na formação de seu caráter, afinal é lá que ela necessariamente vivenciará o contato social que proporcionará esse desenvolvimento moral. Vale ressaltar que isso só poderá ser considerado autonomia quando acontecer porque ela entende a importância da cooperação e respeito mútuo e não quando apenas concretiza alguma atividade em que isso lhe é exigido, apenas por obediência. Deve haver uma vontade, um desejo interno de cooperar. Assim também acontece com a noção de justiça: só é possível entender a importância dela, quando podemos vivenciar concretamente o que a falta dela pode acarretar. Se formos injustiçados por algo que não fizemos, ou se somos de fato punidos adequadamente pela quebra de um acordo, e reconhecemos a falha cometida é que podemos entender a justiça de fato. Mas essa interiorização não acontecerá a partir de histórias contadas, ou de atividades, textos para serem lidos e interpretados. Volto a reforçar que essa consciência se dará através da experiência vivenciada.

"De acordo com esse ponto de vista, a justiça, por exemplo, não se aprende com lições ou teorias sobre o assunto mas experienciando relações em que as regras são realmente necessárias e valem para todos, em que há a vivência de situações de justiça." (VINHA, 1998, p. 1)

"Jean Piaget (1967) considera o objetivo principal da educação voltada as questões da moralidade é o de formar personalidades autônomas e aptas a cooperar... Não significa uma conduta exterior, como por exemplo, por solicitação externa, por obediência. Refere-se a

uma cooperação voluntária, espontânea, que emerge da necessidade interior e o desejo de cooperar. Assim, Piaget pretende com a educação moral, formar personalidades tão livres quanto responsáveis. “ (Apud, IBID. Idem)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falamos até aqui sobre a importância da convivência social entre as crianças, mas e o adulto, também deve fazer parte dessa convivência e respeito mútuos, ou elas devem obediência a ele? A resposta é simples, e já mencionada anteriormente: se a principal característica da autonomia é o respeito em igual proporção, a regra deve ser para todos. Sendo assim, o adulto que convive com a criança, seja ele um professor, pai, irmão mais velho etc., deverá respeitar suas opiniões, e favorecer um ambiente de troca e colaboração.

Isso não é tarefa fácil nem no aconchego do lar, e muito menos no ambiente escolar, mas é fundamental para o desenvolvimento do caráter da criança que isso ocorra. Estamos acostumados a ditar as regras, a dizer como as coisas devem ser encaminhadas, afinal temos mais experiência, somos mais velhos e estudamos mais. Tudo bem, isso é verdade, mas também é verdade que aprendemos muito com as crianças e com todos que nos cercam o tempo todo, afinal não somos detentores de todo saber, e essa humildade favorecerá, e muito, o crescimento saudável da criança. Ela se sentirá mais segura em um ambiente assim, pois saberá que todos seres devem fazer parte da construção e elaboração das normas ou regras a serem seguidas.

“para a criança ter a possibilidade de ir construindo gradualmente sua autonomia moral (governar-se a si mesma), faz-se necessário que ela conviva com adultos, num ambiente em que exista o respeito mútuo, e, portanto, a autoridade do adulto seja mínima.” (VINHA, 1998, p. 6)

Em sala de aula, será que é loucura favorecer esse completo respeito mútuo? Nossa, será que o professor poderá “controlar” uma sala de aula em que as crianças

é que ditam as regras? As pesquisas dizem que sim, e é mais fácil do que imaginam. Mas é claro que isso é construído aos poucos. As crianças não serão cooperativas e nem o sentimento de respeito mútuo surgirá como num passe de mágica. No começo elas certamente vão se estranhar, brigas acontecerão, discussões, algumas vezes as regras serão quebradas, algumas vezes elas não saberão conduzir uma discussão sobre pontos de vista diferentes, etc. A autonomia não acontece do dia para a noite, esta aí a importância do ambiente escolar de proporcionar constantemente atividades em que sejam necessários os trabalhos em grupo, afinal é nessa vivência que as crianças conseguirão compreender que existem limites para a boa convivência social; que suas opiniões são importantes, mas que a do amigo também deve ser considerada; que quando uma regra é quebrada isso acarretará um mal estar geral, pois dependendo do que for poderá prejudicar os outros; etc. Essa experiência é muito rica. Eu poderia citar inúmeros exemplos, mas vamos parar por aqui. O que é necessário salientar é que tudo isso só poderá acontecer se a professora realmente conseguir entender essa importância, e para isso ela deverá exercer o respeito mútuo de fato, proporcionando às crianças a possibilidade de vivenciar tudo isso utilizando pouquíssimo de sua autoridade hierárquica e mantendo um grande equilíbrio emocional. Difícil é, mas não impossível, como podemos observar novamente na pesquisa de Araújo:

“Uma das dificuldades para o estabelecimento de relações de respeito mútuo entre adultos e a criança é a autoridade que emana do adulto e que faz com que a criança o respeite unilateralmente. Por isso, para que esse tipo de relação minimize sua autoridade e reduza a tendência autoritária de suas ações em relação às crianças.” (Ibid. Idem)

“Da parte da professora esse tipo de relação pôde ser estabelecida por causa da forma com que lidava com seus alunos e alunas: em um ano de observações, jamais a vi alterando a voz ou tratando de maneira agressiva os estudantes; respeitava sua individualidade e suas diferenças; era sempre solícita diante de suas necessidades; adotava uma postura democrática por ocasião dos impasses e dilemas que ocorriam na sala de aula. Sua

maturidade e calma eram marcantes no encaminhamento dos problemas, mantendo-se equilibrada emocionalmente, criando um ambiente cordial, alegre e respeitoso.” (Ibid. Idem)

A escola exerce papel fundamental na construção da moral infantil, uma vez que o caráter e o desenvolvimento cognitivo estão totalmente ligados, ou seja, para que se desenvolva o caráter de uma criança, a lógica deve ser trabalhada em conjunto com os valores. Essa junção é necessária, pois ao passo que desenvolver apenas a inteligência muitas vezes pode formar pessoas individualistas e egocêntricas, que não pensariam duas vezes em desenvolver algo que prejudicasse a empresa em que trabalhe ou mesmo colegas de profissão, apenas a moral não a capacitaria a reflexão sobre as ações, à formulação de hipóteses, ao pensamento abstrato, etc., condições fundamentais para um ser autônomo. Afinal é a forma como as pessoas raciocinam que definem seu caráter e não as atitudes em si, pois estas podem estar carregadas de intenções que beneficiem a si mesmos, ou de medo de punições, ou mesmo de seguimento de regras por dever e não por compreensão das mesmas, ou seja, externa à pessoa.

“Não pode haver a construção de uma moralidade autônoma sem o desenvolvimento da inteligência. A moralidade está repleta de racionalidade, pois exige uma reflexão contínua. Porém apenas o progresso intelectual não basta, não é suficiente para que a moralidade se desenvolva.” (VINHA, 2001, p. 94)

“Para Piaget, é a harmonia entre a inteligência e a vontade que realmente revela o homem maduro, quando a moral e a inteligência se reúnem.” (IBID idem)

A conduta ou o julgamento moral existente na educadora é comprovadamente fator imprescindível para a formação do caráter do aluno, pois o desenvolvimento moral/cognitivo se dá essencialmente através do tipo/nível social no qual a criança está inserida. Se a professora promove uma relação de respeito mútuo e colaboração entre si e seus alunos, estes desenvolverão seus valores de acordo

com o que vivenciam. Vale ressaltar mais uma vez que a autonomia não se constrói solitariamente, ou seja, não é um valor individual - muito pelo contrário, ele se dá essencialmente pela interação dos indivíduos. São as relações de empatia e solidariedade com o outro, que tornará possível a interiorização da autonomia. Pesquisas comprovam, inclusive, que crianças agressivas, quando inseridas em ambiente no qual exista esse respeito mútuo, em que entre as atividades diárias aconteçam jogos lúdicos, que propiciem trabalho em grupo, a necessidade da participação de todos para finalização do mesmo, desenvolve nelas o sentimento de cooperação e respeito mútuo, e conseqüentemente elas ficam mais tolerantes. Essas crianças desenvolvem a capacidade de resolver seus conflitos de forma mais tranqüila e acabam por ter um convívio com seus colegas de maior união e solidariedade, pois reconhecem, em sua essência, a importância do respeito mútuo.

Vários autores defendem que o nível socioeconômico não exerce influência alguma nesse processo, visto que como já foi dito, é a forma como se estabelece as relações e regras contidas nos ambientes em que a criança está inserida que definitivamente determinarão seu caráter. Sendo assim não apenas a escola como o ambiente familiar e sociais fora dela, influenciarão não só para que se torne uma criança, mas também um adulto autônomo.

Telma Vinha (2001) levanta esse receio ou ansiedade existente entre os professores da Educação Infantil, ao se depararem com o final do ano e a saída de seus pequenos alunos pré-escolares para a escola tradicional, de que eles esqueçam ou deixem de ter consciência autônoma quando em contato com formas autoritárias de conduzir uma sala de aula. A conclusão a que ela chega é de que quando a criança cresce em ambiente adequado para o desenvolvimento de sua autonomia, isso se torna tão "impregnado" nela, que já faz parte de sua essência e

será muito difícil que ela perca essa capacidade de pensar e agir autonomamente. E é bem aí que quero chegar com essa pesquisa: Mostrar a grande importância de todos nós envolvidos com a educação: pais, professores, amigos, parentes e todos que realmente se preocupam com qual futuro cidadão queremos formar, em propiciar, desde muito cedo, um ambiente adequado no qual se promova a cooperação e o respeito mútuo, dessa forma contribuindo para que em um futuro não tão distante, tenhamos mais escolhas conscientes, sejam elas nas eleições, sejam na vida - mais seres que realmente possamos chamar de humanos, comprometidos com o bem estar de todos. Pessoas que pensem de forma coletiva, que se preocupem com a violência, com o meio ambiente, com as desigualdades sociais e com a intolerância que gera agressões desnecessárias.

"(...) Os resultados encontrados... mostram que aquilo que for investido na criança durante a educação infantil, não será "perdido", muito pelo contrário, mesmo que depois ela passe a frequentar uma escola onde o ambiente seja autoritário. Todavia, por mais que se crie um ambiente cooperativo sociomoral na escola ao longo da vida, nada garante que a criança atingirá a autonomia (mesmo porque depende também da qualidade dos outros ambientes: familiar, amigos, etc., nos quais a criança irá interagir). Além do fato e não podermos desconsiderar o papel do sujeito nessa interação, superestimando o meio (empirismo); contudo se o professor não propiciar um ambiente estimulador, com certeza essa conquista tornar-se-á mais difícil." (VINHA, 2001. p. 11)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, U.F. **O ambiente escolar e o desenvolvimento do juízo moral na criança.** In: Lino de Macedo. (org) *Cinco Estudos e Educação Moral na Criança.* 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996, V. 01, p. 105 – 135.

PIAGET, Jean. **O Julgamento Moral na Criança.** São Paulo, Mestre Jou (Ed. orig. 1932), 1977.

_____. **Seis estudos de psicologia.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991.

TAILLE, Y. L. ; La Taille, Y. de. **A Dimensão Ética Na Obra de Jean Piaget.** *Idéias*, n. 20 p. 75-86, 1993.

TOGNETTA, L. R. P.; La Taille, Y. **A formação de personalidades éticas: representações de si e moral.** *Psicologia. Teoria e Prática.* V. 24, p. 181-188, 2008.

VINHA, T.P. **Reflexões sobre a Teoria de Piaget e a Construção da Autonomia Moral.** *Dois pontos (Belo Horizonte)*, V.04, nº38, p. 43-46, 1998.

_____. **O Educador e a Moralidade Infantil: Uma Visão Construtivista.** Mercado de letras, 2001.

